

Anne McClintock

Couro imperial

RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE
NO EMBATE COLONIAL

TRADUÇÃO

Plínio Dentzien



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade
EDGAR SALVADORI DE DECCA

EDITORA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORA – ARLEY RAMÓS MORENO
JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN
MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO
SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR

Comissão Editorial da coleção Gêneros & Feminismos
MARIZA CORRÊA (coord.) – ADRIANA PISCITELLI
INÊS JOEKES – JULIO ASSIS SIMÕES – MARGARETH LOPES
SERGIO CARRARA – YARO BURIAN JUNIOR

EDITORA UNICAMP

Laura Chrisman (orgs.), *Colonial Discourse/Post-Colonial Theory* (Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993); em Francis Baker, Peter Hulme e Margaret Iverson (orgs.), *Essays in Colonial and Post-Colonial Theory* (Manchester: Manchester University Press, 1993); em George Robertson et al. (orgs.), *Traveler's Tales* (Londres: Routledge, 1994); em *Feminist Review*, 44 (Verão, 1993); em *New Formations* (Primavera, 1993); em *Transition*, 54, 1991; em *Social Text*, 25, 26, 1990; em Dominic LaCapra (org.), *The Bounds of Race* (Ithaca: Cornell University Press, 1991); em Cheryl Walker (org.), *Women and Gender in Southern Africa* (Cape Town: David Philip, 1990); em Reginald Gibbons (org.), *Writers From South Africa. Culture, Politics and Literary Theory in South Africa Today* (Chicago: Northwestern University Press, 1989); em *Critical Inquiry*, maio, 1987; em Robert von Halberg (org.), *Poetry and Politics* (Chicago: University of Chicago Press, 1988); em *Social Text*, Primavera, 1992; em *South Atlantic Quarterly*, Inverno, 1988, vol. 87 (1). Agradeço a todos os editores e a todas as equipes envolvidas. Sou particularmente grata a Henry Finder e a Scott Malcomson, não apenas por suas notáveis habilidades na editoração, mas também por sua valiosa amizade. Calorosos agradecimentos também ao Social Text Collective.

Ao completar este livro, tenho uma dívida de gratidão especial com Valerie Phillips, curadora e amiga. Finalmente, e acima de tudo, não há palavras para expressar a profundidade de minha admiração, gratidão e amor por Rob.

Sumário

Introdução15
Pós-colonialismo e o anjo do progresso15
PARTE 1	
O IMPÉRIO DO LAR	
1. A situação da terra — Genealogias do imperialismo43
2. “Massa” e as criadas — Poder e desejo na metrópole imperial123
3. Couro imperial — Raça, travestismo e o culto da domesticidade201
4. Psicanálise, raça e feticismo feminino271
PARTE 2	
ENGANOS MÚTUOS	
5. O império do sabonete — Racismo mercantil e propaganda imperial307
6. A família branca do homem — O discurso colonial e a reinvenção do patriarcado341
7. Olive Schreiner — Os limites do feminismo colonial377
PARTE 3	
O DESMANTELAMENTO DA CASA DO SENHOR	
8. O escândalo da hibridéz — A resistência das negras e a ambiguidade narrativa433

9. "Azikweitwa" (não vamos embarcar) — Resistência cultural nas décadas desesperadas	479
10. Adeus ao paraíso futuro — Nacionalismo, gênero e raça	517
Pós-escrito	
O anjo do progresso	569
Lista de ilustrações	577
Índice	583

Introdução

Pós-colonialismo e o anjo do progresso

Há muitos mapas de um lugar e muitas histórias de um tempo.

Julie Frederiekse

RAÇA, DINHEIRO E SEXUALIDADE

NAS PÁGINAS iniciais do *best-seller* de Henry Rider Haggard, *King Solomon's Mines* [As minas do rei Salomão], descobrimos um mapa. O mapa, é o que nos dizem, é uma cópia de outro que leva três ingleses brancos às minas de diamante de Kuanaland, em algum lugar do sul da África (Figura 1A)¹. O mapa original foi desenhado em 1590 por um mercador português, José da Silvestre, quando estava morrendo de fome no "seio" de uma montanha chamada Seios de Sheba. Riscado nos restos de um linho amarelo arrancado de sua roupa e inscrito com uma "lasca de osso" alimentada do próprio sangue do mercador, o mapa de Silvestre promete revelar a riqueza da câmara do tesouro de Salomão, mas leva com ele a tarefa obrigatória de antes matar a "mãe-bruxa", Gagool.

Dessa forma, o mapa de Haggard junta em miniatura três dos temas dominantes do imperialismo ocidental: a transmissão do poder masculino branco através do controle das mulheres colonizadas; o surgimento de uma nova ordem global de conhecimento cultural; e o comando imperial do capital mercantil — três dos temas que circulam neste livro.

1. Henry Rider Haggard, *King Solomon's Mines* (Londres: Dent, 1885).

O que distingue o mapa de Haggard dos vários outros que ornaram as narrativas coloniais é que ele é explicitamente sexual. A terra, que é também a fêmea, é literalmente mapeada em fluidos corporais masculinos, e a fállica lasca de osso de Silvestre se torna o órgão através do qual ele lega o patrimônio do capital excedente a seus herdeiros brancos, investindo-os da autoridade e poder adequados aos guardiões do sagrado tesouro. Ao mesmo tempo, a herança colonial masculina tem lugar dentro de uma troca necessária. A morte de Silvestre no mau (congelado) seio é vingada, e a herança patrilínea branca é assegurada apenas com a morte de Gagool, a “mãe, velha mãe” e “gênio do mal da terra”². O mapa de Haggard, assim, alude a uma ordem oculta subjacente à modernidade industrial: a conquista da força sexual e de trabalho das mulheres colonizadas.

O mapa também revela um paradoxo. De um lado, é um trecho esboçado do campo que os homens brancos devem atravessar para assegurar as riquezas das minas de diamantes. De outro, se o mapa for invertido, revela de uma vez o diagrama do corpo feminino. O corpo está esticado e truncado — as únicas partes desenhadas são as que denotam a sexualidade feminina. Na narrativa, os viajantes cruzam o corpo a partir do sul, começando perto da cabeça, representada pela “poça de água ruim” encolhida — a sintaxe mutilada exibindo o lugar da inteligência e da criatividade femininas como sendo o da degeneração. No centro do mapa, estão os dois picos de montanhas chamados de Seios de Sheba — dos quais as cordilheiras se estendem para os dois lados como braços sem mãos. O comprimento do corpo está inscrito pelo reto caminho real da Estrada de Salomão, levando do limiar dos seios congelados até o umbigo *koppie* direto como uma seta ao monte púbico. Na narrativa, esse monte é chamado de “Três Bruxas” e figurado por um triângulo de colinas cobertas de “escuras urzes”³. Esse escuro triângulo ao mesmo tempo aponta para as entradas de duas passagens proibidas e as oculta: a “boca da caverna do tesouro” — a entrada vaginal à qual os

2. Idem, op. cit., pp. 74, 84.

3. Idem, op. cit., p. 118.

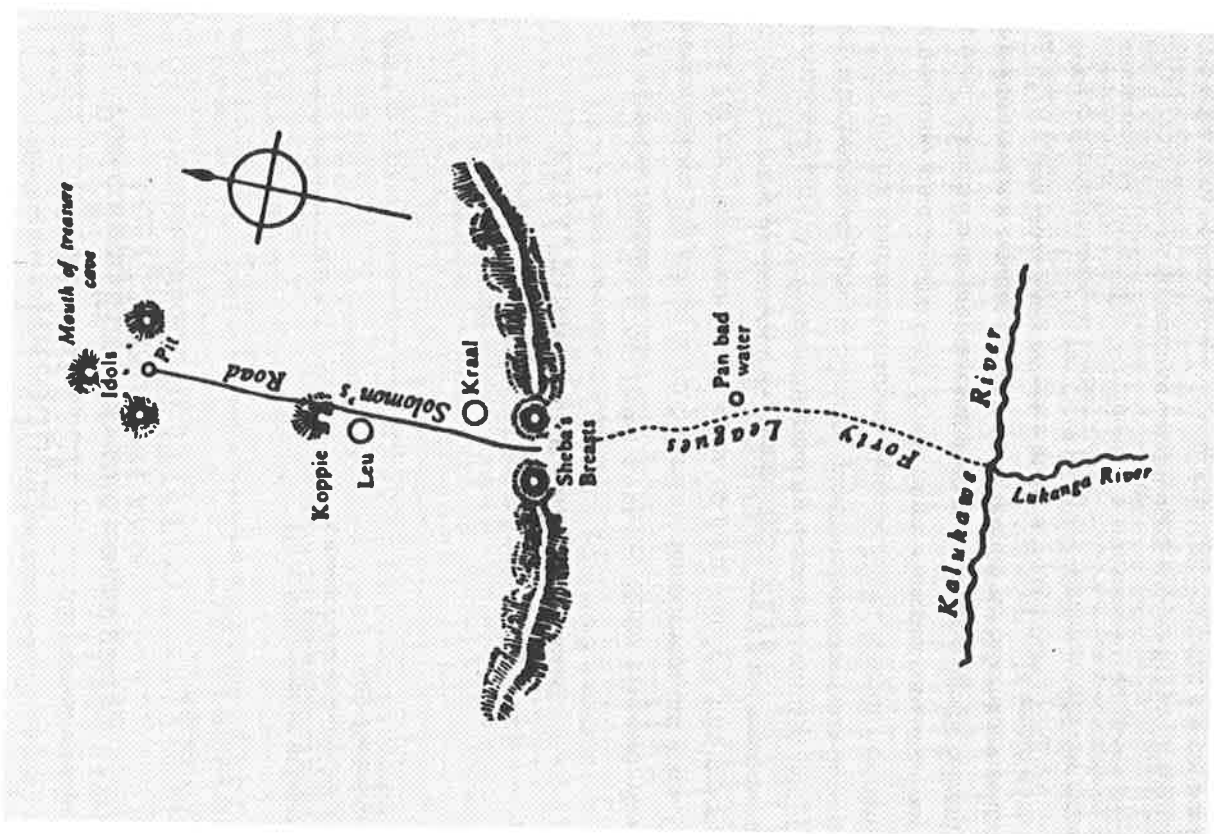


Figura 14 — A situação da terra.
Esboço do mapa da rota para as minas do rei Salomão.

homens são levados pela mãe negra, Gagool — e atrás dela a fossa anal da qual eventualmente os homens se arrastarão com os diamantes, num ritual de nascimento masculino que deixa morta a mãe negra, Gagool.

No mapa, os genitais femininos são chamados de Três Bruxas. Se as Três Bruxas assinalam a presença de forças femininas alternativas e de noções africanas alternativas de tempo e de conhecimento, Haggard se defende da ameaça de uma força feminina e africana resistente, não só dispondo violentamente da poderosa figura de mãe na narrativa, mas também colocando ao lado das Três Bruxas no mapa os quatro pontos cardinais: ícone da “raça” ocidental, da agressão técnica do ocidente e da posse masculina e militarizada da terra. O logo da bússola reproduz a figura espalhada da mulher marcada pelos eixos da contenção global.

Na escalada da mina, carregados com diamantes do tamanho de “ovos de pombas”, os brancos ingleses dão à luz três ordens — a ordem *reprodutiva* masculina da monogamia patriarcal; a ordem *econômica* branca do capital minerador; e a ordem *política* global do império. Ao mesmo tempo, tanto o mapa como a narrativa revelam que essas três ordens não são distintas, mas assumem forma íntima na relação entre elas. Dessa maneira, a aventura do capital minerador reinventa o patriarcado branco — na específica forma de classe inglesa do gentil homem de alta classe média — como herdeiro do “Progresso” imperial na chefia da “Família do Homem” — uma família que não admite a mãe.

O mapa de Haggard abstrai o corpo feminino como uma geometria da sexualidade capturada sob a tecnologia da forma imperial. Mas também revela uma curiosa *camera obscura*, pois nenhuma leitura do mapa está completa em si mesma: cada uma revela a sombra inversão representada por seu outro lado reprimido. Se nos alinharmos com a autenticidade masculina da página impressa, com os pontos da bússola colonial e com os rótulos sangrentos, o mapa pode ser lido e o tesouro alcançado, mas a mulher colonizada está de cabeça para baixo. Se, ao contrário, invertemos o livro e pusermos em pé o corpo da mulher, as palavras sangrentas em seu corpo — de fato a aventura colonial como um todo — se tornam incoerentes. No entanto, nenhuma versão existe sem a outra. *Couro imperial* se propõe a explorar essa ligação perigosa e contraditória

entre a força imperial e a anti-imperial; entre dinheiro e sexualidade; entre violência e desejo; entre trabalho e resistência.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Categorias articuladas

Passou-se um tempo até que percebemos que o nosso lugar era a própria casa da diferença, e não a segurança de qualquer diferença particular.

Audre Lorde

Começo com o mapa de Haggard porque ele oferece uma fantástica combinação dos temas de gênero, raça e classe, que são as preocupações que circulam neste livro. *Couro imperial* oferece três críticas relacionadas. Sob muitos aspectos, o livro é uma disputa continuada com o projeto do imperialismo, o culto da domesticidade e a invenção do progresso industrial. O mapa de Haggard me intriga, ademais, porque oferece uma parábola em miniatura para um dos princípios centrais deste livro. Nos capítulos que se seguem, argumento que raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um *Legó*. Não, eles existem *em* relação entre si e *através* dessa relação — ainda que de modos contraditórios e em conflito. Nesse sentido é o tema triangular que anima os capítulos que se seguem: as relações íntimas entre a força imperial e a resistência; entre o dinheiro e a sexualidade; entre raça e gênero.

No mapa de Haggard, as minas de diamante são simultaneamente o lugar da sexualidade feminina (reprodução por gênero), a fonte do tesouro (produção econômica) e o lugar da disputa imperial (diferença racial). A fálca lasca de osso de Silvestre não é apenas a ferramenta da inseminação masculina e do poder patriarcal, mas também a insígnia da desposseção racial. Aqui, então, gênero não é só uma questão de sexualidade, mas também uma questão de subordinação do trabalho e pilhagem imperial; raça não é só uma questão de cor da pele, mas também

uma questão de força de trabalho, incubada pelo gênero. Apresso-me a acrescentar que não quero implicar que esses domínios são redutíveis ou idênticos entre si; em vez disso, existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias.

Uma afirmação central de *Couro imperial* é que imperialismo não é uma coisa que aconteceu em outro lugar — um fato desagradável da história exterior à identidade ocidental. Ao contrário, o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade industrial ocidental. A invenção da raça nas metrópoles urbanas, que explorou com mais detalhes abaixo, tornou-se central não só para a auto-definição da classe média, mas também para o policiamento das “classes perigosas”: a classe trabalhadora, os irlandeses, os judeus, as prostitutas, as feministas, os *gyps* e as lésbicas, os criminosos, a turba militante, e assim por diante. Ao mesmo tempo, o culto da domesticidade não foi simplesmente uma irrelevância trivial e passageira, propriamente pertencente ao reino privado e “natural” da família. Mais que isso, argumento que o culto da domesticidade foi uma dimensão crucial, ainda que oculta, das identidades, tanto a masculina quanto a feminina — por cambiantes e instáveis que fossem —, e elemento indispensável tanto do mercado industrial quanto da empresa imperial.

Não é preciso dizer que se poderia pensar já, agora, que os homens europeus foram os agentes mais diretos do império. E, no entanto, os teóricos do imperialismo e do pós-colonialismo só raramente se dedicaram a explorar a dinâmica de gênero do tema⁴. Ainda que fossem homens brancos os que comandavam os navios e portavam os rifles dos exércitos coloniais, e que eram donos e supervisores das minas e planta-

4. Nem mesmo o imensamente importante e influente *Orientalismo* de Edward Said explorou o gênero como categoria constitutiva do imperialismo. Da mesma forma, a vasta e crucial história dos negros de Peter Fryer, *Staying Power*, é quase muda sobre as mulheres, assim como a valiosa análise da cultura popular negra de Paul Gilroy, *There Ain't No Black in the Union Jack*. Edward Said, *Orientalism* (Nova York: Vintage, 1978); Peter Fryer, *Staying Power: The History of Black People in Britain* (Londres: Pluto Press, 1984); Paul Gilroy, *There Ain't No Black in the Union Jack: The Cultural Politics of Race and Nation* (Londres: Hutchinson, 1987).

ções com escravos, e que comandavam os fluxos globais de capitais e carimbavam as leis das burocracias imperiais; ainda que fossem homens brancos europeus os que, ao final do século XIX, eram donos e gerentes de 85% da superfície da Terra, a relação crucial, mas oculta, entre gênero e imperialismo foi, até muito recentemente, desconhecida e desprezada como um *fait accompli* da natureza.

Na última década, surgiram evidências que estabeleceram que homens e mulheres não experimentaram o imperialismo da mesma maneira⁵. O imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder. Tais encontros, por sua vez, alteraram as trajetórias do próprio imperialismo. Dentro desse longo e conflituoso engajamento, a dinâmica de gênero das culturas colonizadas foi tão distorcida a ponto de alterar as formas irregulares que o imperialismo assumiu em várias partes do mundo.

As mulheres colonizadas, antes da intrusão do domínio imperial, eram invariavelmente prejudicadas dentro de suas sociedades, em maneiras que davam ao reordenamento colonial de seu trabalho sexual e econômico resultados muito diferentes dos que obtinham os homens colonizados. Como as escravas, trabalhadoras agrícolas, serventes domésticas, mães, prostitutas e concubinas das vastas colônias da Europa, as mulheres colonizadas tinham de negociar não só os desequilíbrios em suas relações com seus próprios homens, mas também o barroco e violento conjunto das regras e restrições hierárquicas que estruturavam suas novas relações com os homens e as mulheres do império⁶.

5. Para uma resenha abrangente, ver Ann Laura Stoler, “Carnal Knowledge and Imperial Power: Gender, Race, and Morality in Colonial Asia”, in Micaela di Leonardo (org.), *Gender and the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era* (Berkeley: University of California Press, 1997), pp. 51-100.

6. Para análises regionais e históricas do impacto do colonialismo sobre as mulheres, ver Mona Etienne e Eleanor Leacock (orgs.), *Women and Colonialization* (Nova York: Praeger, 1980); Delia Jarrett Macaulay, “Black Women’s History”, trabalho apresentado à Women’s History Conference, Londres, jul., 1991; Nancy Halfkin e Edna Bay (orgs.), *Women in*

As mulheres coloniais também foram ambigualmente situadas dentro desse processo. Barradas dos corredores do poder formal, experimentaram os privilégios e as contradições sociais do imperialismo de maneira muito diferente dos homens coloniais. Fossem elas embarcadas como condenadas ou recrutadas para a servidão doméstica ou sexual; tivessem elas servido discretamente ao poder como esposas dos oficiais coloniais, sustentando as fronteiras do império e gerando seus filhos e filhas; tivessem elas dirigido escolas missionárias ou enfermarias de hospitais em postos remotos, ou trabalhado nas lojas ou lavouras de seus maridos, as mulheres coloniais não tomaram quaisquer das decisões econômicas ou militares do império e muito poucas delas colheram seus enormes lucros. Leis do casamento, leis da propriedade, leis da terra e a intratável violência da decisão masculina as aprisionavam em padrões de gênero de desvantagem e frustração. A vasta e fraturada arquitetura do imperialismo era eivada de gênero e atravessada pelo fato de que os homens brancos faziam e executavam as leis e políticas de seu próprio interesse. Ainda assim, os privilégios da raça com frequência colocavam as mulheres brancas em posições de poder — ainda que emprestado — não só sobre as mulheres colonizadas, mas também sobre os homens colonizados. Como tais, as mulheres brancas não eram as infelizes passantes do império, mas as cúmplices ambíguas, tanto como colonizadas quanto como colonizadas, privilegiadas e restringidas, fossem passivas ou ativas⁷.

Africa: Studies in Social and Economic Change (Stanford: Stanford University Press, 1976); Cheryl Walker (org.), *Women and Gender in Southern Africa to 1945* (Cape Town: David Philip, 1990); Hazel Carby, "On the Threshold of Women's Era. Lynching, Empire and Sexuality in Black Feminist Theory", *Critical Inquiry* 12, I (1985), pp. 262-77.

7. Para análises regionais e históricas das mulheres coloniais, ver Helen Callaway, *Gender, Culture and Empire: European Women in Colonial Nigeria* (Londres: Macmillan, 1987); Jackie Cock, *Maités and Madams* (Johannesburgo: Ravan Press, 1980); Jean Comaroff e John Comaroff, "Christianity and Colonialism in South Africa", *American Ethnologist* 13 (1986), pp. 1-22; Beverly Gartrell, "Colonial Wives: Villains or Victims?", in Hillary Callan e Shirley Ardner (orgs.), *The Incorporated Wife* (Londres: Croom Helm, 1984), e Irene Silverblatt, *Moon, Sun and Witches: Gender Ideologies and Class in Inca and Colonial Peru* (Princeton: Princeton University Press, 1987).

Argumento ao longo deste livro que o imperialismo não pode ser plenamente compreendido sem uma teoria do poder do gênero. O poder do gênero não foi a pátina superficial do império, um brilho efêmero sobre a mecânica mais decisiva da classe ou da raça. Mais que isso, a dinâmica do gênero foi, desde o início, fundamental para assegurar e manter o empreendimento imperial. Do meu ponto de vista, porém, o gênero não foi a única dinâmica do imperialismo industrial, nem a dominante. Desde o final dos anos 1970, surgiu uma forte e apaixonada crítica feminista — em boa parte feita por mulheres de cor — que desafia certas feministas eurocêntricas que pretendem dar voz a uma feminilidade essencial (em conflito universal com uma masculinidade essencial) e que privilegiam o gênero acima dos outros conflitos.

Hazel Carby, por exemplo, fez uma das primeiras críticas das feministas brancas que "escrevem sua *herstória* e a chamam de história das mulheres, mas ignoram nossas vidas e negam suas relações conosco". "Esse é o momento", ela diz, "em que estão atuando dentro das relações do racismo e escrevendo *história*". Nos Estados Unidos, de maneira semelhante, bell hooks argumenta, com força e influência, a favor do reconhecimento da diferença racial e da diversidade entre as mulheres, e também pela política de alianças⁸. Na Inglaterra, Valerie Amos e Pratibha Parmar, entre outras, seguem Carby na acusação às feministas brancas segundo a qual elas compartilham "a amnésia dos historiadores brancos quando ignoram as maneiras fundamentais pelas quais as mulheres brancas se beneficiaram da opressão dos negros"^{9,10}.

8. Hazel Carby, "White Women Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood", in Center for Contemporary Cultural Studies (org.), *The Empire Strikes Back: Race and Racism in 70s Britain* (Londres: Hutchinson, 1982).

9. bell hooks, *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* (Londres: Pluto Press, 1982).

10. Valerie Amos e Pratibha Parmar, "Challenging Imperial Feminism", *Feminist Review* 17 (Outono, 1984), p. 5. Este livro tem uma dívida profunda com essa crítica, que é agora extensa. Para importantes análises do feminismo ocidental em relação ao colonialismo, ver Chandra T. Mohanty, "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses", *Feminist Review* 30 (1988), pp. 61-88; Kum-Kum Bavnani e Margaret Coulson, "Transforming Socialist Feminism: The Challenge of Racism", *Feminist Review* 23 (1986), pp. 81-92; Marnea Lazreg, "Feminism and Difference: The Perils of Writing as a Woman

Argumento, ademais, que gênero não é sinônimo de mulheres. Como diz Joan Scott: “Estudar as mulheres isoladamente perpetua a ficção de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem pouco ou nada que ver com a do outro”¹¹. À diferença de Catherine MacKinnon — para quem “a sexualidade está para o feminismo como o trabalho está para o marxismo” —, argumento que o feminismo se refere tanto à classe, ao trabalho e ao dinheiro quanto ao sexo. De fato, um dos movimentos mais valiosos da teoria feminista recente foi sua insistência na separação entre sexualidade e gênero e o reconhecimento de que o gênero é um problema tanto para a masculinidade quanto para a feminilidade. Como diz Cora Kaplan, a atenção ao gênero como categoria privilegiada da análise tende a “representar a diferença sexual como natural e fixa — uma feminilidade constante e transitoria numa luta tornada libidinal com uma masculinidade universal igualmente ‘dada’”¹².

Michel Foucault argumenta que, no século XIX, a ideia de sexualidade deu uma unidade fictícia a um conjunto de “elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres”¹³. A unidade fictícia da sexualidade, diz ele, se tornou “um princípio causal, um significado

11. Joan W. Scott, *Gender and the Politics of History* (Nova York: Columbia University Press, 1988), p. 32. Como diz Denise Riley: “ser uma mulher também é inconstante, e não oferece um fundamento ontológico”. Denise Riley, “Am I that Name? Feminism and the Category of ‘Women’ in History” (Basingstoke: Macmillan, 1989), pp. 1-2. Para uma crítica importante do essencialismo de gênero e de raça, ver Diana Fuss, *Essentially Speaking: Feminism, Nature and Difference* (Nova York: Routledge, 1989).

12. Cora Kaplan, *Sea Changes: Culture and Feminism* (Londres: Verso, 1989), p. 27. Da mesma maneira, Scott observa: “O uso do gênero salienta um sistema inteiro de relações que podem incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem diretamente determinante da sexualidade.” *Gender and the Politics of History*, p. 32.

13. Michel Foucault, *History of Sexuality*, trad. Richard Howard (Nova York: Vintage, 1980, vol. 1.), p. 22.

onipresente, um segredo a ser descoberto em todo lugar: o sexo foi, assim, capaz de funcionar como um significante universal e como um significado universal”¹⁴. Ao privilegiar a sexualidade, porém, Foucault esquece como uma elaborada analogia *entre* raça e gênero se tornou, como argumento no capítulo 1, um tropo organizador para outras formas sociais.

Ao mesmo tempo, não vejo raça e etnia como sinônimos de negro ou colonizado. De fato, a primeira parte deste livro foi escrita em simpatia com o desafio oblíquo de bell hooks: “uma mudança de direção que seria verdadeiramente descolada seria a produção de um discurso sobre raça que interrogasse a branquidão”¹⁵. A invenção da branquidão, aqui, não é a norma invisível, mas o problema a ser investigado¹⁶.

Não estou convencida, porém, de que a raça é um mero efeito de significantes flutuantes, nem pelas afirmações de que “deve existir alguma essência que precede e/ou transcende o fato das condições objetivas”¹⁷. Estou aqui de acordo com o argumento cogente de Paul Gilroy,

14. Idem, op. cit., p. 23.

15. bell hooks, “Travelling Theories Travelling Theorists”, *Inscriptions* 5 (1989), p. 162.

16. Para uma exploração histórica da branquidão como etnia, ver Catherine Hall, *White, Male and Middle Class: Explorations in Feminism and History* (Cambridge: Polity Press, 1992).

17. Norman Harris, “Who’s Zoomin’ Who?: The New Black Formalism”, *The Journal of Modern Modern Language Association* 20, 1 (1987), pp. 37-45. Ver também Joyce A. Joyce, “Who the Cap Fit: Unconsciousness and Unconsciousness in the Criticism of Houston A. Baker, Jr. and Henry Louis Gates”, *New Literary History* 18, 2 (1987), p. 379. Duas coleções críticas que abordam essas questões são Henry Louis Gates, Jr. (org.), “Race”, *Writing and Difference* (Chicago: University of Chicago Press, 1986), e Gates (org.), *Black Literature and Literary Theory* (Nova York e Londres: Methuen, 1984). Ver também Gates, *Figures in Black: Words, Signs and the ‘Racial’ Self* (Oxford: Oxford University Press, 1987); Kwame Anthony Appiah, “The Uncompleted Argument: Dubois and the Illusion of Race”, *Critical Inquiry* 12, 1 (1985) pp. 21-37; Appiah, *In My Father’s House: Africa in the Philosophy of Culture* (Londres: Methuen, 1992); e Hortense Spillers, “Mama’s Baby, Papa’s Maybe: An American Grammar Book”, *Diacritics* (Verão, 1987) pp. 65-95. No contexto britânico, ver Stuart Hall, “Cultural Identity and Diaspora”, in Jonathan Rutherford (org.), *Identity: Community, Culture and Difference* (Londres: Lawrence and Wishart, 1990), pp. 222-37. Na mesma coleção, ver a análise de Kobena Mercer das noções pós-modernas de identidade em “Welcome to the Jungle: Identity and Diversity in Postmodern Politics”, pp. 43-71, e Pratibha Parmar, “Black Feminism: The Politics of Articulation”, in Rutherford, *Identity*, pp. 101-26. Sobre raça como categoria, ver Paul Gilroy, *There Ain’t No*

segundo o qual “a polarização entre teorias essencialistas e antiessencialistas da identidade negra não ajuda mais”¹⁸. Explorar a instabilidade histórica do discurso sobre a raça — abraçando, como ela fazia no século XIX, não só povos colonizados, mas também os irlandeses, prostitutas, judeus e assim por diante — de nenhuma maneira implica cair na vertigem da indecidibilidade. Questionar a noção de que a raça é uma essência fixa e transcendente, imutável através dos tempos, não significa que “toda a conversa sobre ‘raça’ deve cessar”, nem que as invenções barrocas da diferença racial não tenham tido efeitos tangíveis ou terríveis¹⁹. Ao contrário, é precisamente a invenção de hierarquias históricas que torna mais urgente a atenção ao poder e à violência sociais.

Couro imperial se situa, assim, onde vários discursos — feminismo, marxismo e psicanálise, entre eles — se misturam, convergem e divergem. Um cuidado permanente do livro é recusar a separação clínica de psicanálise e história. Muitas vezes, a psicanálise foi relegada ao domínio (convencionalmente universal) do espaço doméstico, privado, enquanto a política e a economia foram relegadas ao domínio (convencionalmente histórico) do mercado público. Argumento aqui que a quarentena disciplinar da psicanálise em relação à história correu paralela à própria modernidade imperial. Em lugar de me inclinar ante essa separação e optar teoricamente por um lado ou pelo outro, faço um apelo por uma investigação renovada e transformada das relações não reconhecidas entre a psicanálise e a história socioeconômica.

Couro imperial tenta repensar a circulação de noções que podem ser observadas entre a família, a sexualidade e a fantasia (o domínio tradicional da psicanálise) e as categorias trabalho, dinheiro e mercado (domínio tradicional da história política e econômica). Talvez seja adequada

Black in the Union Jack... Para uma discussão dos problemas da raça como categoria, e um apelo à etnia como alternativa, ver Floya Anthias e Nira Yuval-Davis, “Contextualizing Feminism: Gender, Ethnic and Class Divisions”, *Feminist Review* 15 (Inverno, 1983).

18. Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* (Cambridge: Harvard University Press, 1993), p. x.

19. Houston A. Baker, “Caliban’s Triple Play”, *Critical Inquiry* 13, 1 (Outono, 1986), p. 186.

do que tal pesquisa tenha lugar como uma crítica da modernidade imperial, pois foi precisamente durante a era do alto imperialismo que a psicanálise e a história social divergiram.

Como não acredito que o imperialismo tenha sido organizado em torno de uma única questão, quero evitar privilegiar uma categoria em relação às outras como tropo organizador. De fato, gasto mais tempo questionando narrativas de gênese que orientam o poder em torno de uma única cena originária. Por outro lado, não quero incorrer num pluralismo liberal de lugar-comum que abraça generosamente a diversidade para melhor apagar os desequilíbrios de poder que arbitram a diferença. Certamente, uma das suposições fundadoras deste livro é que nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios. Mas o poder raramente é atribuído por igual — diferentes situações sociais são sobre-determinadas pela raça, pelo gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categorias por sua vez. Acredito, contudo, que se pode dizer com segurança que nenhuma categoria social deve permanecer invisível em relação a uma análise do império.

CILADAS DO PÓS-COLONIAL

Quase um século depois da publicação de *As minas do rei Salomão*, em novembro de 1992 — ano do triunfo do quinto centenário dos Estados Unidos — uma exposição pós-colonial chamada de Estado Híbrido estreou na Broadway. Para entrar na exposição do Estado Híbrido, você entra na Passagem. Em lugar de uma galeria, você encontra uma antecâmara escura, onde uma palavra branca o convida a avançar: *colônialismo*. Para entrar no espaço colonial, você passa por uma porta baixa, apenas para se encontrar encerrado noutro espaço negro — uma lembrança dos curadores, ainda que fugaz, de Frantz Fanon: “O nativo é um ser sitiado”²⁰. Mas a saída do colonialismo, parece, é avançar. Uma segunda palavra branca, *pós-colonialismo*, o convida, através de uma porta

20. Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (Londres: Penguin, 1963), p. 29.

ligeiramente maior, ao próximo estágio da história, depois do qual você emerge, inteiramente ereto, no *Estado Híbrido* brilhantemente iluminado e barulhento.

Estou menos fascinada pela exposição em si do que pelo paradoxo entre a ideia de história que dá forma à Passagem e a ideia diferente de história que dá forma à exposição do próprio Estado Híbrido. A exposição celebra a “história paralela”:

A história paralela aponta para a realidade de que não há mais uma visão dominante (*mainstream*) da cultura artística norte-americana, com diversas “outras” culturas menos importantes à sua volta. Existe, antes, uma história paralela que está mudando nossa compreensão do nosso entendimento transcultural²¹.

E, no entanto, o compromisso da exposição com a “história híbrida” — o tempo múltiplo — é contraditado pela lógica linear da Passagem, “Uma breve rota para a liberdade”, que resulta na reencenação de um dos tropos mais tenazes do colonialismo. No discurso colonial, como na Passagem, o movimento no espaço é análogo ao movimento no tempo. A história se forma em duas direções opostas: o progresso da humanidade, passando da privação encurvada para a direção da ereta razão iluminada. O outro movimento apresenta o reverso: o retrocesso para o que chamo de espaço anacrônico (tropa que analiso em maior detalhe adiante) da vida adulta masculina, branca, na direção de uma degeneração negra primordial, geralmente encarnada nas mulheres. A Passagem ensaia essa lógica temporal: progresso pelas portas ascendentes, da história primitiva, privada de linguagem e de luz, através dos estágios épicos do colonialismo, pós-colonialismo e hibridez iluminada. Ao deixar a exposição, a história é atravessada para trás. Como no discurso colonial, o movimento para frente no espaço é para trás no tempo: da consciência verbal ereta e da liberdade híbrida — significada pelo coelho branco chamado “Free” (não tão livre) que vaga pela exposição — através

21. Folheto da mostra, “The Hybrid State Exhibit”, Exit Art, 578 Broadway, Nova York (2 nov.-14 dez., 1997).

dos estágios históricos de estatura decrescente até a trôpega zona sem linguagem do pré-colonial, da fala ao silêncio, da luz para a escuridão.

O paradoxo que estrutura a exposição é intrigante, porque é um paradoxo, sugiro, que dá forma ao termo “pós-colonialismo”. Estou duplamente interessada no termo, porque a ubiquidade quase ritualística das palavras “pós” na cultura corrente (pós-colonialismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-guerra fria, pós-marxismo, pós-*apartheid*, pós-soviético, pós-Ford, pós-feminismo, pós-nacional, pós-histórico, e mesmo pós-contemporâneo) assinala, acredito, uma crise notável na ideia do progresso histórico linear.

Charles Baudelaire chamou a ideia de progresso e aperfeiçoamento de “a grande ideia do século XX”. Em 1855, ano da primeira exposição imperial de Paris, Victor Hugo anunciava: “o progresso é a pegada do próprio Deus”²². Em muitos aspectos, este livro se dedica a desafiar tanto a ideia de progresso quanto a de Família do Homem, e simpatiza com a injunção de Walter Benjamin no sentido de “excluir qualquer traço de ‘desenvolvimento’ da imagem da história” e de superar a “ideologia do progresso [...] em todos os seus aspectos”²³.

Boa parte dos estudos pós-coloniais se coloca contra a ideia imperial do tempo linear. E, no entanto, o termo “pós-colonial”, assim como a exposição, é assombrado pela própria figura do desenvolvimento linear que pretendia desmontar. Metaforicamente, o termo “pós-colonialismo” marca a história como uma série de estágios ao longo de um memorável caminho do “pré-colonial” ao “colonial”, ao “pós-colonial” — um compromisso espontâneo, ainda que negado, com o tempo linear e com a ideia de desenvolvimento. Se uma tendência teórica a ver a literatura do “Terceiro Mundo” como se ela progredisse da “literatura de protesto” para a “literatura de resistência” para a “literatura nacional” foi criticada por recolocar o tropo iluminista do progresso linear e sequencial, o termo “pós-colonialismo” é questionável pela mesma razão. Metaforica-

22. Apud Susan Buck-Morss, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project* (Cambridge: The MIT Press, 1989), p. 90.

23. *Idem*, op. cit., p. 79.

mente pousado no limite entre o velho e o novo, o fim e o começo, o termo anuncia o fim de uma era do mundo apenas ao invocar o mesmíssimo tropo do progresso linear que animou essa era.

Se a *teoria* pós-colonial procurou desafiar a grande marcha do historicismo ocidental e seu séquito de binários (eu/o outro, metrópole/colônia, centro/periferia etc.), o termo “pós-colonialismo” de qualquer maneira reorienta o globo uma vez mais em torno de uma única oposição binária: colonial/pós-colonial. Além disso, a teoria é assim deslocada do eixo binário do *podar* (colonizador/colonizado — em si mesmo pouco nuancado, como no caso das mulheres) para o eixo binário do *tempo*, um eixo ainda menos produtivo de nuança política, porque não distingue entre os beneficiários do colonialismo (os antigos colonizadores) e as vítimas do colonialismo (os antigos colonizados). A cena pós-colonial acontece numa suspensão da história, como se os eventos históricos definitivos fossem anteriores ao nosso tempo e não estivessem acontecendo agora. Se a teoria promete um descentramento da história na hibridiz, no sincretismo, no tempo multidimensional e assim por diante, a singularidade do termo realiza um recentramento da história global em torno da exclusiva rubrica do tempo europeu. O colonialismo volta ao momento de sua desapareição.

O prefixo “pós”, ademais, reduz a cultura dos povos além do colonialismo ao tempo preposicional. O termo confere ao colonialismo o pretígio da história propriamente dita; o colonialismo é o marcador determinante da história. Outras culturas compartilham apenas uma relação cronológica preposicional a uma era eurocêntrica que acabou (pós) ou que ainda nem começou (pré). Em outras palavras, as múltiplas culturas do mundo são marcadas, não positivamente pelo que as distingue, mas por uma relação retrospectiva subordinada em relação ao tempo linear europeu.

O termo também assinala uma relutância em abandonar o privilégio de ver o mundo em termos de uma abstração singular e a-histórica. Folheando a onda recente de artigos e livros sobre o pós-colonialismo, fico impressionada por quão raramente o termo é usado para denotar multiplicidade. Prolifera o seguinte: “a condição pós-colonial”, “a cena

pós-colonial”, “o intelectual pós-colonial”, “o espaço disciplinar emergente do pós-colonialismo”, “a situação pós-colonial”, “a prática da pós-colonialidade”, e a mais tediosa e genérica de todas: “o Outro pós-colonial”. Sara Suleri, por exemplo, se confessa cansada de ser tratada como uma “máquina de alteridade”²⁴.

Não estou convencida de que uma das mais importantes áreas emergentes da investigação intelectual e política está mais bem servida inscrevendo a história como uma única questão. Assim como a categoria “mulher” foi desacreditada como tapeação universal pelo feminismo, incapaz que é de distinguir entre as várias histórias e os desequilíbrios de poder entre as mulheres, também a categoria singular “pós-colonial” pode prontamente autorizar uma tendência panóptica a ver o globo através de abstrações genéricas destituídas de nuança política²⁵. O panorama que se descortina no horizonte se torna por isso tão expansivo que os desequilíbrios internacionais de poder ficam eficientemente borrados. Categorias historicamente vazias como “o outro”, “o significante”, “o significado”, “o sujeito”, “o falo”, “o pós-colonial”, embora com influência acadêmica e valor profissional de mercado, correm o risco de eludir distinções geopolíticas cruciais até a invisibilidade.

Os autores do livro *The Empire Writes Back*, por exemplo, defendem o termo “literatura pós-colonial” com três argumentos: ele se centra naquela “relação que forneceu o ímpeto criativo e psicológico mais importante na escrita”; expressa as “razões do agrupamento num passado comum” e “faz um aceno à visão de um futuro mais liberado e positivo”²⁶. E, no entanto, a inscrição da história em torno de uma única “continuidade de preocupações” e de um único “passado comum” corre o risco de uma negação feticista de cruciais distinções internacionais que são es-

24. Sara Suleri, apud Appiah, *In My Father's House...*, p. 253.

25. Ver a excelente análise de Appiah das torções do pós-modernismo e do pós-colonialismo em “The Postcolonial and the Postmodern”, in *In My Father's House...*, pp. 221-54. Ver também Ken Parker, “Very Like a Whale: Postcolonialism between Canonicities and Ethnicities”, *Social Identities* 1, 1 (Primavera, 1995).

26. Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Postcolonial Literatures* (Londres: Routledge, 1989), p. 24.

cassamente entendidas e inadequadamente teorizadas. Além disso, os autores decidem, idiossincriticamente, por assim dizer, que o termo “pós-colonialismo” não deve ser entendido como tudo o que aconteceu desde o colonialismo europeu, mas antes como tudo o que aconteceu desde o começo mesmo do colonialismo, o que quer dizer voltar os relógios para trás e desenrolar os mapas do pós-colonialismo para 1492 e até antes²⁷. De um só golpe, Henry James e Charles Brockden Brown, para mencionar apenas dois de sua lista, são acordados de sua conversa com o tempo e chamados à cena pós-colonial, ao lado de membros mais regulares como Ngũgĩ Wa Thiong’O e Salman Rushdie.

De maneira mais problemática, a ruptura histórica sugerida pelo prefixo “pós” desfigura tanto as continuidades quanto as descontinuidades do poder que deram forma aos legados dos impérios coloniais europeus e britânicos (sem falar nos islâmicos, japoneses e chineses e de outros impérios coloniais). Ao mesmo tempo, as diferenças políticas *entre* culturas são subordinadas à sua distância temporal do colonialismo europeu. O pós-colonialismo, porém, como o pós-modernismo, padece globalmente de um desenvolvimento desigual. A Argentina, formalmente independente da Espanha imperial por mais de um século e meio, não é “pós-colonial” da mesma maneira que Hong-Kong (destinada a não ser independente da Grã-Bretanha até 1997). Nem o Brasil é pós-colonial da mesma maneira que o Zimbábue. Poder-se-ia dizer que a maioria dos países do mundo, em qualquer sentido significativo ou teoricamente rigoroso, compartilha um único passado comum ou uma única condição comum, chamada de condição pós-colonial, ou pós-colonialidade? As histórias da colonização africana são certamente, em parte, histórias das colisões entre os impérios europeus e árabes e a miríade dos estados e culturas africanos fundados em linhagens. Podem esses países ser entendidos agora como se tivessem sido formados exclusivamente em torno da experiência “comum” da colonização europeia? Na verdade, muitas culturas africanas, latino-americanas, caribenhas e

27. “Usamos o termo ‘pós-colonial’, porém, para cobrir toda a cultura afetada pelo processo imperial desde o momento da colonização até o presente”. *Idem*, op. cit., p. 2.

asiáticas contemporâneas, embora profundamente afetadas pela colonização, não estão necessariamente preocupadas principalmente com seu contato inicial com o colonialismo europeu.

De outro lado, o termo “pós-colonialismo” é, em muitos casos, prematuramente um termo de celebração. A Irlanda poderia, à primeira vista, ser pós-colonial, não fosse pela ocupação britânica da Irlanda do Norte, para não falar dos habitantes palestinos dos territórios ocupados por Israel e da margem ocidental; de fato, pode não haver nada “pós” sobre o colonialismo. Seria pós-colonial a África do Sul? O Ti-mor Leste? A Austrália? O Havai? Porto Rico? Por qual *fiat* de amnésia histórica podem os Estados Unidos da América, em particular, qualificar-se como pós-coloniais — termo que pode apenas ser uma monumental afronta aos povos nativos norte-americanos atualmente opondo-se ao triunfo dos confetes de 1992? Pode-se ainda perguntar se o surgimento da Europa unida em 1992 não assinala também o surgimento de um novo império, ainda incerto quanto às suas fronteiras e ao seu alcance global.

Meus receios, portanto, não se referem à substância teórica da teoria pós-colonial, boa parte da qual admiro muito²⁸. Antes, questiono a orientação da disciplina emergente e suas teorias concomitantes e as mudanças de currículos em torno de um termo monolítico singular, usado a-historicamente e assombrado pela imagem do progresso linear do século XIX. Nem pretendo banir o termo para um *gulag* verbal gelado; não parece haver razão por que ele não possa ser usado judiciosamente em circunstâncias apropriadas, no contexto de outros termos, ainda que numa posição menos grandiosa e global.

Mais importante ainda: orientar a teoria em torno do eixo temporal colonial-pós-colonial torna mais fácil não ver e, portanto, não teorizar, as *continuidades* nos desequilíbrios internacionais em termos de poder imperial. Desde os anos 1940, o imperialismo norte-americano sem colônias assumiu diferentes formas (militar, política, econômica e cultural),

28. Para uma análise astuciosa da teoria pós-colonial, ver Robert Young, *White Mythologies: Writing History and the West* (Londres: Routledge, 1990).

algumas ocultas, algumas apenas meio ocultas. O poder do capital financeiro norte-americano e das gigantescas corporações multinacionais no comando dos fluxos de capital, pesquisa, bens de consumo e informações da mídia à volta do mundo pode exercer uma força coercitiva tão grande como qualquer canhoneira colonial. É precisamente a maior sutileza, a inovação e a variedade dessas formas de imperialismo que tornam insatável a ruptura histórica implicada pelo termo “pós-colonialismo”.

O termo “pós-colonialismo” é prematuramente celebratório e ofuscante de mais de uma maneira. Embora alguns países sejam pós-coloniais em relação a seus senhores europeus de outrora, podem não ser pós-coloniais em relação a seus novos vizinhos colonizadores. E, no entanto, o neocolonialismo não é simplesmente uma repetição do colonialismo, nem é uma mistura hegeliana ligeiramente mais complicada de tradição e colonialismo num novo híbrido histórico. São necessários termos e análises mais complexos de tempos alternativos, e também histórias e causalidades mais complexas para lidar com complexidades que não podem ser atendidas pela simples rubrica de pós-colonialismo.

O termo é ainda mais instável em relação às mulheres. Num mundo em que as mulheres fazem dois terços do trabalho, ganham 10% da renda e são donas de menos de 1% da propriedade, a promessa do “pós-colonialismo” foi uma história de esperanças adiadas. Em geral não se nota que as burguesias e cleptocracias que calçaram os sapatos do progresso pós-colonial e da modernização industrial tenham sido suprema e violentamente masculinas. Como exploro no capítulo 10 sobre gênero e nacionalismo, nenhum Estado pós-colonial em qualquer parte assegurou a homens e mulheres acesso igual aos direitos e recursos do Estado-nação. As necessidades das nações pós-coloniais têm sido amplamente identificadas não só com aspirações e interesses masculinos, mas a própria representação do poder nacional se baseia em construções prévias do poder do gênero.

A militarização global da masculinidade e a feminização da pobreza asseguraram que mulheres e homens não vivam o pós-colonial da mesma maneira, nem partilhem a mesma condição pós-colonial singular. A culpa do contínuo pleito das mulheres não pode ser depositada apenas

na porta do colonialismo ou anotada e esquecida como um dilema neo-colonial passageiro. O peso continuado do autointeresse econômico masculino e as variadas ondas da cristandade patriarcal, do confucionismo e do fundamentalismo islâmico continuam a legitimar a negação do acesso das mulheres aos corredores do poder político e econômico, sua persistente desvantagem educacional, a dupla jornada de trabalho, a distribuição desigual do cuidado das crianças, a má nutrição, a violência sexual, a mutilação genital e a violência doméstica. As histórias dessas políticas masculinas, embora profundamente implicadas no colonialismo, não são redutíveis a ele e não podem ser entendidas sem diferentes teorias do poder de gênero.

Edward Said argumentou, de modo notável, que a sujeição sexual das mulheres orientais aos homens ocidentais “ocupa o lugar de um padrão de força relativa entre o leste e o oeste e do discurso sobre o oriente que ele habilita”²⁹. Para Said, o orientalismo assume a forma perversa de uma “fantasia masculina de poder” que atribui características sexuais a um oriente tornado feminino para o poder e a posse pelo ocidente. Mas a sexualidade se aproxima, aqui, de não ser mais que uma metáfora de outras dinâmicas mais importantes (isto é, masculinas) que aparecem no que Said chama de “uma província exclusivamente masculina”³⁰. A sexualidade como tropo para outras relações de poder foi certamente um aspecto continuado do poder imperial. A feminização da terra “virgem”, como exploro com mais detalhes abaixo, operou como uma metáfora para relações que frequentemente não eram sobre a sexualidade ou eram apenas indiretamente sexuais. Eve Kosofsky Sedgwick explorou de maneira notável como as triangulações do espaço masculino/feminino/masculino muitas vezes serviram para estruturar relações homosociais masculinas³¹. Mas, ao ver a sexualidade apenas como uma metáfora, corre-se o risco de evitar o *gênero* como dinâmica constitutiva

29. Edward Said, *Orientalism*, p. 6.

30. Idem, op. cit., p. 207.

31. Eve Kosofsky Sedgwick, *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire* (Nova York: Columbia University Press, 1985).

do poder imperial e do anti-imperial. Digo isso não para diminuir a enorme importância e influência da obra de Said sobre as relações imperiais masculinas, mas antes para lamentar que ele não tenha explorado sistematicamente a dinâmica do gênero como um aspecto crítico do projeto imperial.

Falsos universais como a “mulher pós-colonial” ou o “outro pós-colonial” obscurecem relações não só entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres. As relações entre uma turista francesa e a mulher haitiana que lava seus lençóis não são as mesmas que as relações entre seus maridos. Filmes como *Out of Africa*, redes de vestuário como *Banana Republic* e perfumes como *Safari* mascateiam a nostalgia neocolonial por uma era em que mulheres europeias em vivas blusas brancas e em verde safári supostamente encontravam a liberdade no império: dirigindo plantações de café, matando leões e rasgando os céus coloniais em aeroplanos — uma falsa comercialização da “libertação” das mulheres brancas que não tornou mais fácil para as mulheres de cor formarem alianças com as brancas em qualquer lugar, e nem deterem as críticas dos nacionalistas desde logo hostis ao feminismo.

Em minha opinião, o imperialismo surgiu como um projeto ambíguo e contraditório, formado tanto pelas tensões dentro das políticas metropolitanas e pelos conflitos dentro das administrações coloniais — na melhor das hipóteses, questões oportunistas e imediatas — quanto pelas variadas culturas e circunstâncias em que os coloniais se intrincavam e pelas respostas e resistências conflitantes com que se enfrentavam. Por isso, não estou convencida de que as dicotomias sancionadas — colonizador/colonizado, eu/outro, dominação/resistência, metrópole/colônia, colonial-pós-colonial — sejam adequadas para a tarefa de dar conta dos legados tenazes do imperialismo, e menos ainda de opor-se estrategicamente a eles. Derivadas historicamente do maniqueísmo metafísico do próprio iluminismo imperial, tais dicotomias correm o risco de simplesmente inverter, mais que superar, as noções dominantes do poder. Cuido, então, das sobre-determinações do poder, pois acredito que é na encruzilhada das contradições que as estratégias de mudança podem ser encontradas.

Ao longo deste livro, estou profundamente interessada na miríade de formas tanto da atuação [agency] imperial quanto da anti-imperial. Es-tou, porém, menos interessada na atuação enquanto questão puramente formal ou filosófica do que no conjunto dos caminhos difíceis em que as ações e desejos das pessoas são mediados pelas instituições do poder: a família, a mídia, a lei, os exércitos, os movimentos nacionalistas e assim por diante. Desde o começo, as experiências das pessoas, de desejo e raiva, de memória e poder, comunidade e revolta são inflectidas e mediadas pelas instituições através das quais elas encontram seu significado — e que elas, por sua vez, transformam. *Couro imperial* cuida, por isso, tanto de questões de violência e poder quanto das questões de fantasia, desejo e diferença.

Quero abrir as noções de poder e resistência a uma política mais diversa de atuação, envolvendo a densa rede de relações entre coerção, negociação, cumplicidade, recusa, dissimulação, mímica, compromisso, afiliação e revolta. Procurar apenas as fissuras da ambivalência formal (híbridez, ambiguidade, indecidibilidade) não pode, em minha opinião, explicar a ascensão de certos grupos e culturas ao poder, nem o abandono e a supressão de outros. Perguntar como o poder vence ou fracassa — a despeito de seu caráter provisório e de sua constituição na tradição e na ambiguidade — envolve investigar não só as tensões da forma conceitual, mas também as torções da história social.

Quero afirmar de saída, porém, que não vejo o imperialismo como uma força inerentemente britânica dirigida para fora a partir de um centro europeu para subjugar os territórios periféricos “do Outro”³². Como o vejo, o poder imperial surgiu de uma constelação de processos, tomando a forma casual de uma miríade de encontros com formas alter-

32. Ver a análise de Gauri Viswanathan de como os “eventos nas periferias reformularam e determinaram as relações domésticas”, em “Raymond Williams and British Colonialism: The Limits of Metropolitan Cultural Theory,” in Dennis L. Dworkin e Leslie G. Roman (orgs.), *Views Beyond the Border Country: Raymond Williams and Cultural Politics* (Nova York: Routledge, 1993), p. 220. Para uma análise histórica abrangente, ver D. K. Fieldhouse, *The Colonial Empires: A Comparative Survey from the Eighteenth Century* (Basingstoke: Macmillan, 1965), especialmente o capítulo 9.

nativas de autoridade, conhecimento e poder. Estou, assim, profundamente interessada no que Gilroy chama de “processos de mutação cultural e (des)continuidade indócil que excedem o discurso racial e evitam a captura por seus agentes”³³. O imperialismo foi uma situação constantemente contestada, produzindo efeitos históricos que não eram predominantemente contestados, nem incontestes, nem permanentes — num contexto, não se pode esquecer, de extremas desigualdades de poder.

Parece-me importante, portanto, não ler as contradições do discurso colonial como uma questão só de textualidade. O que Gayatri Spivak chama, numa frase precisa, de “violência epistêmica planejada do projeto imperialista” também foi sustentado pela violência institucional planejada dos exércitos e tribunais, das prisões e da máquina do Estado³⁴. O poder das armas, dos chicotes e das algemas, ainda que sempre envolvido no discurso e na representação, não é redutível à “violência da palavra”³⁵. Se os textos coloniais revelam fissuras e contradições, os próprios coloniais frequentemente obtiveram sucesso ao dirimir questões indecisas com um excesso violento de masculinidade militarizada. Os capítulos que se seguem cuidam, assim, das relações íntimas — ainda que muitas vezes conflitivas — entre o poder textual e o institucional.

Neste livro, espero fazer mais do que simplesmente indicar que diferentes grupos de poder — mulheres e homens, colonizados e colonizadores, trabalhadores e classe média — ocuparam diferentes posições na arena global do imperialismo. A história, como diz Scott, não é simplesmente “sobre as coisas que aconteceram às mulheres e aos homens e como eles e elas se relacionaram a essas coisas; em lugar disso, diz respeito a como os significados subjetivos e coletivos de mulheres e homens

enquanto categorias de identidade foram construídos”³⁶. Em outras palavras, a história não é simplesmente sobre relações entre negros e brancos, entre homens e mulheres, mas sobre como as categorias de brancura e negritude, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe passaram a existir historicamente desde o início.

Na primeira parte do livro, investigo como o espaço metropolitano vitoriano foi reordenado como espaço para a exposição do espetáculo imperial e a reinvenção da raça. No processo, trabalho com vários temas postos em circulação: o racismo e o feticismo da mercadoria, os exploradores urbanos, o surgimento da fotografia e as exposições imperiais, o culto da domesticidade, a invenção da ideia da mulher ociosa, a negação do trabalho das mulheres, o travestismo e a ambiguidade de gênero, a invenção da ideia de degeneração, o tempo panóptico e o espaço anacrônico.

Na segunda parte do livro, pesquiso como as colônias — em particular a África — se tornaram o teatro para a exibição, entre outras coisas, do culto da domesticidade e da reinvenção do patriarcado. Nessa parte, exploro alguns dos temas decisivos do discurso colonial: a feminização da terra, o mito das terras vazias, a crise das origens, o colonialismo doméstico, a saga do sabão e o surgimento do feticismo da mercadoria, o reordenamento da terra e do trabalho, a invenção da ideia da preguiça racial — bem como o complexo das variadas formas de resistência a esses processos. Ao explorar os intrincados filamentos entre imperialismo, domesticidade e dinheiro, sugiro que o *marketing* de massas do império como sistema global estava casado com a reinvenção ocidental da domesticidade, de tal forma que o imperialismo não pode ser entendido sem uma teoria do espaço doméstico e de sua relação com o mercado. Ao mesmo tempo, os capítulos seguintes exploram as ameaçadas estratégias da recusa, da negociação e da transformação que foram lançadas na resistência ao empreendimento imperial. Na última seção do livro, em particular, cuido dos eventos na África do Sul desde o final dos anos 1940 até a atual contestação sangrenta sobre o poder nacional.

36. Scott, *Gender and the Politics of History*, p. 6.

33. Gilroy, *The Black Atlantic*... p. 2.

34. Spivak, “The Rani of Sirmur”, in Francis Barker et al. (orgs.), *Europe and its Others* (Essex: University of Essex, 1985, vol. 1), p. 131. Ver também a útil crítica de Spivak ao que ela chama de “cromatismo” (a redução da raça a uma questão de cor da pele) em “Imperialism and Sexual Difference”, *Oxford Literary Review* 8 (1986), p. 235.

35. É claro que não estou sugerindo que a própria Spivak pense assim, o que não faria justiça à sutileza e à importância de suas análises do pós-colonialismo.

Escolhi, assim, contar uma série de estórias contraditórias e sobrepostas — de trabalhadoras negras e brancas e de homens e mulheres de classe média. Os gêneros que elegi são diversos — fotografia, diários, etnografias, novelas de aventuras, histórias orais, poesias declamadas e uma miríade de formas de cultura nacional. Entre outras, essas formas culturais incluem os extraordinários diários e as fotografias de Hannah Cullwick, uma empregada doméstica vitoriana para todo serviço e seu casamento secreto com o poeta e advogado vitoriano, Arthur Munby; o sucesso de vendas das fantasias imperiais de Rider Haggard; as exposições e fotografias imperiais; anúncios de sabão; os escritos políticos e as novelas da feminista Olive Schreiner; a narrativa de uma doméstica sul-africana “Poppie Nongena”; a política cultural negra na África do Sul depois do levante de Soweto; os escritos de Frantz Fanon; e as vozes variadas e conflitantes de *africaners* e nacionalistas africanos na África do Sul.

Essas narrativas têm muitas fontes e não prometem revelar um passado remoto, de qualquer modo tarefa utópica. Este livro é, antes, um compromisso — motivado, seletivo e de oposição — tanto com as narrativas imperiais quanto com as anti-imperiais dos pais e das famílias, do trabalho e do ouro, das mães e das empregadas.

PARTE I

O IMPÉRIO DO LAR